

# O NHEENGATU: UMA LÍNGUA AMAZÔNICA

Luiz C. Borges

CNPq/Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro.

## 1. Uma língua geral

O nheengatu, ou língua geral amazônica, é uma língua da família tupi-guarani (RODRIGUES, 1984/1985 e 1986), suas raízes estão ligadas ao processo de colonização portuguesa da Amazônia. Esta particularidade confere ao nheengatu uma especificidade lingüística e um lugar de destaque no conjunto das línguas brasileiras. Embora filiada às línguas indígenas, não se configura como uma língua tribal. Trata-se de uma língua de conquista e de ocupação. Conquanto uma grande parte seus falantes seja indígena. Trata-se de uma língua surgida em consequência da colonização, e foi como tal que se tornou a língua materna de uma população supraétnica.

Ainda em consequência de suas características históricas (FREIRE, 1983) e de sua complexidade sócio-lingüística e etno-lingüística, o Nheengatu encontra-se cercado de uma grande polêmica. Esta polêmica centra-se sobre a seguinte questão: trata-se de uma língua natural, ou trata-se de uma língua forjada pelos conquistadores e, particularmente, pelos missionários, à época senhores do domínio do conhecimento sistemático da língua, e a qual se convencionou chamar de tupi Jesuítico (BARROS, 1982 e DRUMMOND, 1984)?

Sou de opinião que o nheengatu aparece como fruto da evolução da língua tupinambá, sob as condições históricas de uma política de ocupação e dominação européia, cujas consequências produziram esta língua que, durante a colônia e o império, foi a língua amazônica, por excelência.

Creio que as interferências sobre o processo evolutivo do nheengatu foram causadas mais pela especificidade de tempo e de meio, do que por ações deliberadas visando alterar a sua fonologia, morfologia ou sintaxe. Não me convencem os argumentos, por exemplo, que desejam provar que os missionários, como dá a entender CÂMARA Jr. (1977: 104), tenham feito alterações fonológicas do tipo substituição do /i/ (vogal alta central não-arredondada) pelo /i/ (vogal alta anterior não-arredondada), com a justificativa de que a articulação daquele fonema era mais difícil, para os falantes nativos (indígenas ou não), do que a deste.

As alterações que ocorreram e as que ainda estão ocorrendo no nheengatu devem ser creditadas, em primeiro lugar, à dinâmica inerente da língua e, em segundo, a fatores variáveis tais como: extensão geográfica e diversidade de meio cultural e lingüístico em que o nheengatu se desenvolveu. Um dado que não pode ser esquecido, ao se analisar a evolução histórica desta língua, diz respeito à particularidade da grande maioria dos falantes de nheengatu ser composta de indivíduos estranhos ao tupinambá e, em muitos dos casos, estranhos às línguas tupi. Seus hábitos lingüísticos (substrato), portanto, podem e devem ter influenciado, em larga medida, o desencadeamento das alterações encontradas nesta língua, quando comparada ao tupinambá e a outras línguas do tronco tupi.

Um outro elemento que deve ser considerado nesta equação é o papel desempenhado pela língua portuguesa. A proximidade entre essas duas línguas e, especialmente, o status de língua de maior prestígio social conferido ao Português, especialmente a partir da reforma

pombalina, exerceram forte influência sobre os falantes de nheengatu (obviamente em lugares onde a língua portuguesa era (é) preponderante).

Como suporte para esta hipótese, há no nheengatu um montante considerável de empréstimos lexicais vindos do Português (com previsíveis consequências de/na ordem fonológica e semântica), e a ocorrência de estruturas sintáticas subordinadas (hipotaxe), estranhas à parataxe tradicional do nheengatu. Estes elementos fonológicos e sintáticos conduzem a uma aproximação bastante notável, em certos níveis, entre o nheengatu e o Português.

A documentação inicial sobre o nheengatu data do século XVII e se compõe de gramáticas, vocabulários, textos religiosos e textos narrativos (BORGES, 1991). A procedência geográfica ou mesmo cultural dos dados constantes desses documentos é variada, uma vez que o domínio territorial do nheengatu era vasto, compreendendo toda a área colonizada da Amazônia. Em termos amplos, o território nheengatu abrangia desde o Maranhão até, pelo menos, as áreas fronteiriças com a Venezuela, a Colômbia e o Peru.

Atualmente, como consequência de um amplo processo de transformações políticas, econômicas e territoriais, o nheengatu ficou confinado à bacia do Rio Negro, tendo praticamente desaparecido das demais regiões onde antes erapredominante. Ainda é uma língua ativa e o número de seus falantes é considerável, levando-se em conta o tempo de contato e toda uma série de pressões e políticas destinadas a fixar a língua portuguesa na região amazônica. A pressão lingüística-civilizatória para silenciar o nheengatu é de tal monta que, na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), seguramente o maior reduto urbano de falantes do nheengatu, esta língua atualmente encontra-se estigmatizada como língua de "makú", termo pejorativo local para designar os índios, os selvagens, os matutos, enfim, os não-civilizados.

Com este trabalho tentarei acompanhar as fases de expansão e de declínio do nheengatu, em consonância com uma série de eventos históricos bem delimitados. Assim sendo, a periodização histórica servirá como referência para o estabelecimento de correspondentes situações da língua. Não é meu objetivo principal apresentar dados gramaticais da língua, mas de discorrer acerca de sua história e no que essa história comparece como um dos eixos que pode explicar o surgimento do nheengatu e algumas de suas especificidades lingüísticas.

## 2. As faces históricas do nheengatu

Com vistas a uma abordagem do nheengatu a partir de um enfoque histórico, sem, contudo, perder de vista sua especificidade lingüística, tomo, como ponto de partida, a hipótese de que o fenômeno nheengatu encontra-se intrinsecamente vinculado ao processo de ocupação da Amazônia pelos portugueses. Entendendo que as estratégias políticas de colonização implementadas nesta região apresentaram uma relação direta com a geração, implantação, difusão e declínio do nheengatu.

Para realizar este percurso, utilizei-me de marcos históricos delimitadores. Seguindo, então, uma periodização tradicional, estabeleci os seguintes períodos: colonial, imperial e republicano. Em cada um desses períodos apresentarei fatos que permitirão compreender as razões pelas quais o processo colonizatório implantado pelos portugueses na Amazônia foi diretamente responsável pelo surgimento do nheengatu.

## 2.1. Colônia: Língua de conquista e catequese

Antes de mais nada, é preciso deixar claro que o nheengatu é uma língua que evoluiu a partir da língua tupinambá modificada. De fato, quando a língua tupinambá, expropriada pelo invasor/dominador (a este procedimento denomino **destribalização do tupinambá**), se torna uma língua geral, atuando como um dos instrumentos de conquista e de expansão do domínio português, começam a ser dados os passos responsáveis ocorrência da diglossia entre o tupinambá tribal e o destribalizado. Será esta segunda modalidade que evoluirá para o nheengatu.

Ao iniciar a colonização da Amazônia, os portugueses deparam-se em uma situação de desproporção numérica e adaptativa com relação aos habitantes nativos, especialmente os tupinambá, dominante na área em que os colonos começam a se fixar. Contudo, apoiados em uma superioridade tecnológica e na montagem de uma estratégia de conquista na qual a adaptação e a absorção de hábitos e tecnologias locais atuou como elemento propulsor, em breve os colonizadores superam essa deficiência inicial (MARX & ENGELS, s.d. e RIBEIRO, 1995).

A experiência portuguesa com grupos tupinambá vinha já desde o início da conquista (século XVI), determinada pelo fato de serem os tupinambá senhores da costa brasileira. A língua dos tupinambá já era conhecida, na forma de alguns de seus dialetos, havia sido alçada pelo colonizador à categoria de língua geral dos habitantes do Brasil (vide a célebre dicotomia colonial entre o Abanheenga 'língua de gente' — modalidade acolhida pelos colonizadores — e as "línguas travadas", expressão cunhada para referir ao conjunto das demais línguas indígenas não-valorizadas e, portanto, indiferenciadas. Essa oposição relaciona-se diretamente a uma dicotomia étnica, também assumida e incentivada pelos colonizadores, entre tupi e Tapúia, 'inimigo', nome genérico para designar todos os grupos indígenas que não fossem de tradição tupi. O tupinambá encontrava-se bastante difundido pela colônia, tendo-se tornado, ao lado da língua portuguesa, comum a uma vasta área territorial dominada pelos portugueses.

Na Amazônia ocorre, contudo, algo de peculiar. O português não consegue impor-se linguisticamente. Assim, como parte de sua estratégia de conquista, o colonizador passa a dominar a língua do conquistado, utilizando-a como um dos instrumentos para a conquista da terra. Esta estratégia de conquista acarretou a tupinização do vale amazônica. Dizer que houve tupinização significa que o tupi foi imposto como modelo étnico e linguístico e como meio de unificar a colônia. Deste modo, o tupinambá, comparece no discurso colonizador como a língua da unidade, homogênea e hegemônica, em detrimento da diversidade linguística e étnica da região. De certa forma, esta situação peculiar (a continuidade da hegemonia do tupinambá colonial) diferencia o projeto colonial para a Amazônia do processo de colonização implantado nas demais regiões da colônia.

É neste contexto histórico que deve ser traçado o percurso que leva ao surgimento, no cenário amazônico, da língua nheengatu. A relação entre o nheengatu e o processo de ocupação da Amazônia (primeiro pelo europeu e, modernamente, pelas políticas de integração nacional) é de tal forma inextricável que a direção em que a língua se expande e, mais tarde se retrai, é a mesma que seguiu a ocupação: de leste para oeste, ou seja, da costa para o interior.

Ao tempo em que se inicia a colonização, as nações indígenas são dominadoras da terra, como resultado de anos de ocupação e de adaptação ao meio amazônico. Por conta

disso, o índio é o leitor e o intérprete da terra. Será, pois, através da dominação dele que o europeu dominará a terra.

Inicialmente, o português vê-se na iminência a adotar, além da língua dos tupinambá, uma série de hábitos culturais locais (alimentação, tipo de arquitetura e embarcação, por exemplo), sem os quais a sua sobrevivência em terras amazônicas achava-se comprometida. Segundo FIGUEIREDO (1989) o meio e a situação histórica são os determinantes para a imposição da língua tupinambá como instrumento de conquista.

Ocorre, então, ao tupinambá, e mais tarde ao nheengatu, a partir do momento em que se torna a língua da conquista, uma identificação com o conquistador. Deste modo, a relação entre o tupinambá e as demais línguas indígenas dos povos que foram sendo submetidos à coroa portuguesa é de assimetria. O tupinambá do colonizador, e mais tarde o nheengatu, subjuga as demais línguas (processo de tupinização, de tapuização e de nheengatuização), ao mesmo tempo em que os povos que as falam são submetidos à conquista portuguesa. Neste sentido, a história amazônica comporta uma ironia cruel, ao menos para os povos que, à semelhança dos tupinambá, foram anexados ao império português: foi a língua de um povo amazônica dominado que serviu de instrumento para a conquista territorial e cultural da Amazônia.

Além de servir ao europeu como intérprete da terra e de outros povos, ao mesmo tempo em que também atuava como agente da conquista, inclusive em diversas frentes de batalha contra outros índios ou outros povos europeus, o índio foi o primeiro meio de produção utilizado pelos portugueses. Todo o processo de produção, nesta época, fundamentava-se na mão-de-obra escrava indígena. Para conseguir essa mão-de-obra, os colonos, com o beneplácito da Coroa, investiam frequentes campanhas de apresamento e escavação de índios, às quais davam o nome de "guerras justas". O índio tornara-se instrumento: era o piloto, o remeiro, o extrator, o guia, o produtor de bens alimentícios, o construtor de casas e estradas e, em muitos casos, o soldado (RIBEIRO, 1986, 1995).

A interferência portuguesa sobre as sociedades indígenas mostrou-se fortemente desorganizadora. E não poderia ter sido diferente, considerando-se o propósito da conquista, tanto territorial, quanto espiritual. Tratava-se, pois, de uma estratégia necessária de dominação. Isto, entretanto, gerou situações de tal desequilíbrio para esses grupos, que muitos deles simplesmente desapareceram. Houve, dentro dessa ótica de dominação e colonização, várias medidas visando retirar o índio de sua sociedade (e de todo o seu contexto de referenciais míticos, religiosos, sociais, históricos, psíquicos e cognitivos), tais como: a guerra justa, o descimento, o aldeamento, a conversão) para inseri-lo em uma história completamente estranha e a um novo assujeitamento sem qualquer correspondência a sua posição tradicional de sujeito.

Instaura-se, por conseguinte, um processo de deculturação que persiste arraigado às políticas indigenistas. Mediante este processo de deculturação, o indivíduo de uma determinada nação, enquanto sujeito social específico identificado por uma história, uma língua e uma cultura peculiares, vê-se transformado na categoria abstrata de **tapuio**, ou índio genérico. Este índio genérico torna-se, mais tarde, o falante de uma língua igualmente genérica: o nheengatu.

Por outro lado, o processo colonizador, ao mesmo tempo em que produz a desestruturação e o aniquilamento de muitas das nações indígenas durante o processo de ocupação da terra, deflagra a mestiçagem, a partir da união entre homens portugueses e mulheres indígenas. O mestiço, também denominado **caboclo**, é o ponto de partida de uma nova ordem

étnica e sócio-econômico-cultural, principiando a formação de uma nova identidade, a um tempo síntese e superação dos modelos indígenas e do modelo europeu. Esta população mestiça e tapuia também se caracteriza por ter como língua o nheengatu.

A conquista catequética na Amazônia se inicia simultaneamente à conquista colonizadora. É com base nos mesmos ideais de expansão e de conquista que a igreja se alia aos projetos políticos das nações européias. Segundo OLIVEIRA, 1983, uma das causas imediatas para a promoção dos descimentos dos índios (como estratégia de destribalização e catequização), por parte dos missionários, foi a necessidade de desobstruir a terra, para que as atividades econômicas (como a extração das drogas do sertão e de madeiras) não fossem obstadas pela presença hostil do índio.

Ao lado da guerra justa, operava-se, ainda o descimento, como meio de fazer o resgate do índio (resgatar significava trazer o índio para o seio da cristandade, reduzi-lo, convertê-lo) que implicava na retirada dos índios de seu meio social e cultural próprios, e visava reuni-los em aldeamentos religiosos nos quais eram agrupados e catequisados. Os aldeamentos funcionavam como forma eficaz de anular as diferenças étnicas e lingüísticas dos índios resgatados, uma vez que eram agrupados sem distinção tribal. Esta técnica visava privá-los de suas identidades, sob um discurso homogeneizante lingüístico (a Língua Geral: o tupi Jesuítico), religioso (o cristianismo) e político (o império português): este era o sentido da redução/conversão, conforme rezava o plano jesuítico de colonização proposto pelo Padre Manoel da Nóbrega (RIBEIRO, 1995: 50-51).

A língua dos tupinambá já utilizada como instrumento de contato com as demais nações indígenas, também passa a servir à ação catequética no processo de conversão. Não só a pregação era realizada em língua indígena (tupinambá e, mais tarde, em nheengatu), mas todo o processo de conversão e liturgia era conduzido na Língua Geral. A confissão, por exemplo, era efetuada com a ajuda de um intérprete, chamado "língua", que fazia a ponte lingüística entre o confessante e o confessor (BARROS, 1982, e DRUMMOND, 1984).

O missionários constituíram-se nos principais sistematizadores e legitimadores da língua tupinambá, imposta como norma lingüística, em oposição às demais línguas indígenas e ao Português e, ao mesmo tempo, os seus divulgadores e preservadores mais importantes. Foi mediante o seu trabalho de resgate e conversão que a língua foi sendo documentada ao mesmo tempo em que era difundida e imposta por todo vale amazônico. A ação catequética tornou possível a imposição de uma língua geral. A esta língua que resultou da colonização e da sistematização e imposição homogeneizantes da língua efetuadas pelos missionários, costuma-se denominar de tupi Jesuítico para o distinguir do tupi (tupinambá) dos índios.

Deva ser creditado aos missionários, embora não exclusivamente, o mérito pela tapuização da língua tupinambá que, destribalizada, tornou-se uma língua genérica, sem identidade étnica (processo, aliás, decorrente da política de colonização/conversão). A política catequética (da mesma forma que a política de conquista) desconsiderava as diferenças lingüísticas e étnicas entre os grupos indígenas, tratando-os como um todo indiferenciado para efeito de conversão política e religiosa. É desta situação de generalidade tribal e lingüística (supraetnicidade) que emergirá o nheengatu.

Observa-se neste período (séc. XVII-XVIII) uma situação de diglossia no tupinambá. Há claramente um tupinambá tribal, isto é, aquele utilizado pelos próprios índios tupinambá em situações de vida tribal. O outro, o tupinambá supraétnico, a língua geral, apropriado pelo português e difundido ou imposto por toda a parte norte da colônia. Como se vê, é a aliança entre a Coroa e a Igreja que deflagra a tupinização da Amazônia como, aliás,

já o fizera nas demais partes do Brasil colônia. Daí a constatação que foi desta situação que resultou o aparecimento de uma nova língua: o nheengatu.

Entre essas duas ocorrências aparecem certas diferenças, seja na gramática, seja no próprio contexto da comunicação. Vejamos alguns exemplos:

	tupinambá	nheengatu
meu pai	xerúba	sepáia
criança	pitánga	tafna
nasce	o'ár	usêmo
agulha	-	awí
quem?	awápé	awátá

Na fonologia houve o aparecimento da série de consoantes oclusivas sonoras (b, d, g), não existentes em tupinambá e, em alguns casos, o desaparecimento da realização prenalizada das consoantes nasais do tupinambá: a) em favor das nasais: m e n realizados mb e nd, perdem a desocclusão oral: **mbae** 'coisa' torna-se **maé**; **nde** 'teu', ne; b) ou dá oral: **mbói** 'cobra' torna-se **búia**. Há uma drástica simplificação na morfologia: 1) o sistema de demonstrativos do tupinambá ficou reduzido às formas **kwá** 'este' e **iã'a** 'aquele'. 2) o sistema de pronomes pessoais bastante complexo do tupinambá, com três formas distintas para designar "nós", reduziu-se a uma só e, de modo geral, foi ressistemizado seguindo o modelo do Português, com 3 pessoas no singular e três no plural. Para distinguir a 3ª pessoa (designada por **aê** em nheengatu) singular da forma plural, a língua desenvolveu uma dupla marcação de pluralidade: no pronome pessoal **aentá** e na desinência verbal correspondente, **tau**. Assim, 'ele ouviu' é **aê usendú**, 'eles ouviram' é **aentá tausendú**. 3) o sistema verbal e o sistema de casos também passaram por um processo de redução. A conjugação verbal em nheengatu apresenta apenas uma forma, com acréscimo de termos para designar passado e/ou futuro: 'ele vê': **umãã**; 'ele viu': **umãã áua**; 'ele verá': **umãã ren**.

O vocabulário, ainda que basicamente tupinambá, se acresce de termos vindos do Português, tanto em substituição a termos tradicionais (ex: o termo **ipeca** desaparece, ficando em seu lugar 'pato'). Além de empréstimos do Português, também aparecem palavras vindas de outras línguas indígenas (não identificadas), como **daridari** para 'cigarra'. Estes empréstimos, na maioria dos casos, passam por um processo de adaptação fonológica e morfológica: 'soldado': **surára**.

Assim, o processo de dialeção do tupinambá, causado por agentes da colonização, vai ocasionar, mais tarde, a existência de duas línguas diferenciadas: o tupinambá e o nheengatu, já reconhecidamente distintas a partir do século XVIII, ocasião em que, segundo RODRIGUES (op. cit.: 100) surge a denominação tupinambá, para distinguir a língua tribal, da língua supraétnica. Um outro exemplo de diglossia semelhante a este ocorreu no Paraguai, onde são encontradas duas formas bem distintas de guarani, o tribal e o chamado guarani paraguaio.

### 2.1.1. Aportuguesamento da Amazônia: a reforma pombalina

Uma das marcas distintivas da Amazônia, nos séculos XVII-XVIII, com relação ao restante da colônia, é o predomínio, em quase todos os setores e todas as atividades, da língua nheengatu, ficando o Português restrito ao papel de língua da administração. O trabalho

dos missionários, no desempenho da conversão, na doutrinação contrária à escravidão indígena e na formação e desenvolvimento de um poder (temporal e econômico) paralelo ao da Coroa, contribuiu significativamente para a manutenção do nheengatu como língua de prestígio e emblema da dominação portuguesa.

Esta situação perdura até o advento da reforma político-administrativa implementada pelo Marquês de Pombal, em 1750. Tem início, então, a imposição de uma política de aportuguesamento da Amazônia. Aportuguesar política, cultural e linguisticamente a Amazônia, implicava, por seu turno, na erradicação do nheengatu. Pode-se denominar de **desnheengatuização** ao processo de eliminação do nheengatu como a língua nativa da população amazônica, e a sua posterior substituição pelo português.

Claro que a desnheengatuização implicou numa reorganização generalizada da ordem colonial centrada, agora, unicamente no poder da coroa portuguesa. Tratava-se, pois, de encetar uma drástica mudança na condução dos negócios coloniais, tendo como finalidade integrar efetivamente a região Amazônica ao resto da colônia, tanto na condução dos negócios de estado, quanto com relação à língua usada por sua população. Visava, ainda, retirar dos missionários (especialmente os jesuítas) o controle espiritual e temporal que detinham relativamente aos índios, sob o argumento de que formavam um poder paralelo ao da Coroa. Em função dessa nova ordem, Marquês de Pombal expulsou os jesuítas e proibiu o uso do nheengatu, tornando obrigatórios o ensino e a utilização do Português.

Inicia-se, em todos os níveis, uma nova era administrativa, desde a formulação de uma política de imigração e de assentamento de colonos, até às atividades econômicas que deixam de ser exclusivamente extrativas, passando por uma reforma educacional e a implantação de uma nova política indígena. A escravidão indígena foi substituída pelo trabalho escravo do negro africano. A fixação do homem através de atividades econômicas agrícolas e a formação de novas vilas e cidades, põe a população sob um controle maior das autoridades portuguesas.

Houve também uma política de integração do tapuia à sociedade colonial, causando uma desestruturação ainda maior neste segmento populacional que, embora tenha sido gerado como sub-produto da ação colonial sobre as nações indígenas, configurava-se já em um tipo característico que, juntamente com o caboclo, representava um fator novo na história da Amazônia, como o embrião de uma cultura e de uma língua amazônicas próprias.

A interdição do nheengatu atingiu todas as instâncias em que a língua era falada. As escolas foram proibidas de lecioná-lo; o seu uso nas transações comerciais interdito; a sua utilização nos tribunais foi declarado ilegal; as atividades religiosas, de conversão, de confissão ou de liturgia, não seriam mais realizadas em nheengatu. Ficou proibido dar nomes indígenas às cidades. E aquelas que já tinham nomes indígenas, tiveram de ser renomeadas. Foi nesse período que apareceram nomes como Santarém, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos (nomes de cidades portuguesas), dentre outros, em substituição aos nomes indígenas originais. Até mesmo o espaço reservado à comunicação familiar foi atingido pela proscrição desta língua geral.

Não obstante os decretos reais e as pressões para eliminar o nheengatu da vida amazônica, a língua continuou a ser falada pela população, principalmente em lugares mais afastados dos centros administrativos. O enraizamento do nheengatu na população tapuia e mestiça resistia, em larga medida, ao aportuguesamento da região desejado pelas autoridades coloniais. Os religiosos continuavam compelidos a aprendê-lo, caso desejassem efetivamente entender e pregar para o grosso da população.

Essa necessidade de dominar o nheengatu para comunicar-se com a população interiorana chegou até os anos iniciais do século XX, conforme relata D. Frederico Costa, Bispo do Amazonas (COSTA, 1909) que, ao excursionar ao longo do Rio Negro, ficou espantado por não conseguir entender a língua que ali era falada. Essa situação lingüística obrigou-o a aprendê-la. Os seminários tampouco jamais deixaram de ministrar uma cadeira de nheengatu, a prova disso é o vocabulário de Manoel Justiniano de Seixas, publicado em 1853, destinado ao Seminário Episcopal do Pará onde o autor, paraense e falante de nheengatu, lecionava esta língua.

De qualquer modo, as medidas pombalinas deixaram como herança a proscrição dos elementos indígenas na formação da identidade nacional e regional. A busca da identidade, conforme afirma FREIRE, 1983, desde o período colonial até a atualidade, tem-se caracterizado pela tentativa, conflitiva e, em larga escala, frustrante, de renegar o passado/presente indígena para assimilar-se a uma identidade caracteristicamente centrada no europeu.

Inegavelmente, é a partir da reforma pombalina que o nheengatu, ao se tornar desprestigiado, inicia o seu período de retração e declínio, ficando ilhado em locais cada vez mais distantes. Este processo de refluxo do nheengatu, eficaz e irreversível, persiste, como se evidencia da constatação de ter desaparecido do Pará, apesar de ainda ser falado na cidade de Belém, no início deste século.

## 2.2. Império: a língua da revolta

A partir das profundas modificações que as medidas implementadas pelo Marquês de Pombal causaram, efetivamente, alterou-se o cenário colonial na Amazônia. E o nheengatu, embora ainda resistindo, principalmente em localidades isoladas, torna-se uma língua de poucos falantes. A pressão oficial para a implantação do português, juntamente com a pressão social, no discurso e no imaginário da população, por uma identidade em que ficariam ausentes os componentes indígenas (a despeito do tipo físico e de toda uma herança cultural inevitavelmente presente na vida amazônica), forçam o aceleração do declínio do nheengatu. Para isso também contribuiu decisivamente o surgimento de uma nova correlação assimétrica de poder e prestígio entre segmentos indígenas e não-indígenas, com a predominância destes últimos.

Com relação às medidas de fortalecimento do poder central e do processo de aportuguesamento da Amazônia, a política imperial não se apresenta diferente da política pombalina. Pretende integrar todo o império sob a égide da cultura herdada de Portugal e submeter as nações indígenas ao domínio imperial. Agora, já não faz mais sentido que uma língua de origem indígena continue a ser a língua materna de uma população civilizada.

Às nações e às línguas indígenas é dispensado um tratamento dúbio. Por um lado, a formação de uma identidade nacional impõe uma diretriz europeizante. Por outro, há, principalmente no Segundo Império, a celebração da matriz indígena nacional, presente, como ideal, no discurso nacionalizante. Celebra-se o índio ideal ao mesmo tempo em que as nações indígenas reais sofrem um processo de redução demográfica e territorial.

Ainda assim, a despeito da política e do discurso oficiais, o nheengatu continua a resistir como língua da população amazônica. E a maior expressão dessa resistência (também seguramente a última, enquanto língua geral amazônica) ocorre por ocasião da revolução dos cabanos.

A Revolução Cabana, ou Cabanagem, foi um movimento nativista especificamente amazônico que durou de 1834 a 1840 e provocou, como consequência imediata de sua derrocada, a desorganização social e econômica da região, a depopulação indígena, tapuia e cabocla (todos falantes de nheengatu) e, finalmente, a fixação da língua portuguesa, tal foi a magnitude das modificações ocorridas na região durante este período. Pode-se mesmo afirmar que a Cabanagem dá início a uma nova fase na história da Amazônia.

As causas da Cabanagem foram os descontentamentos dos "da região" em relação ao predomínio de portugueses na política e na produção econômica da região. Os brasileiros reivindicavam o direito de ter sob seu controle o comando político e econômico (OLIVEIRA, 1983). Segundo DI PAOLO, 1986, "a Revolução Cabana estava emergindo, portanto, como luta cultural e como luta armada entre o vértice étnico-social dominante e a base étnico-social dominada."

Para melhor compreender a relação entre a Cabanagem e o nheengatu, é preciso lembrar que o grosso do contingente de revoltosos cabanos era constituído pela população cabocla e tapuia, falantes nativos de nheengatu. Outro dado que emerge desta constatação é que, apesar de quase um século de política de desnheengatuização, a língua do povo continuava a ser o nheengatu. É somente com a derrota do movimento cabano que esta situação se modificará.

Ainda que durante o governo cabano não tenha havido nenhuma medida em favor do nheengatu, uma vez que a reivindicação dominante voltava-se para o estabelecimento de um poder local identificado com os valores político-econômicos e identitários herdados da Europa, a língua predominante entre o grosso das tropas cabanas (formadas por índios, caboclos, negros e tapuios) era o nheengatu. Neste sentido, o nheengatu é o emblema lingüístico da revolta, sintoma de rebeldia e resistência.

Uma outra consequência, pós-cabanagem, significativa para a Amazônia foi o abortamento da formação de um novo tipo étnico e social baseado no tapuio e no caboclo, que se vinha gestando desde o século anterior (MOREIRA NETO, 1988). Essa experiência de formação de uma nova identidade, ou de um novo imaginário social, com base em dois elementos considerados marginais (consideração que ainda hoje subsiste no discurso identitário no qual os termos caboclo e tapuio significam indivíduo rude, ingênuo, sem muita importância social ou mesmo cultural) não pode ser devidamente avaliada, uma vez que foi truncada e que o ideal/modelo de identidade que se aí implantou foi o estabelecido pelo colonizador.

Com a derrota da Cabanagem, ocorre um processo de depopulação que praticamente cria um vazio demográfico na região. É esta depopulação que, por um lado, aborta a experiência étnica e social acima mencionada e, por outro, produz um vazio lingüístico pelo desaparecimento dos falantes de nheengatu. Além disso, a economia regional também foi arrasada como resultado direto dos combates e da destruturação social.

Para a reconstrução da região, o governo lança mão de uma política de repopulação baseada na imigração. Neste momento grandes contingentes de nordestinos, monolíngües em Português, afluem para a Amazônia e assumem o lugar que antes era ocupado por caboclos e tapuios. Houve também o incremento de novos descendentes tribais, os quais tiveram como efeito imediato a intensificação da depopulação e da desorganização social dos grupos indígenas (MOREIRA NETO, 1988).

A eliminação de parte da população nativa da Amazônia (falante de nheengatu) e a imigração nordestina, como fatos conjugados, apresentam-se como decisivos para explicar

como o nheengatu deixou de ser a língua materna da população amazônica colonizada. Concomitantemente, são também esses dois fatos, combinados com as políticas de aporтуguesamento da região, que vinham sendo implementadas desde o Marquês de Pombal, que embasam a fixação da língua portuguesa. A estes junta-se, no período imediatamente posterior à Cabanagem, a eclosão na Amazônia de um de seus ciclos econômicos mais importantes. O Ciclo da Borracha, que se estende de 1840 a 1912, é também um dos fatores que contribuiu decisivamente para encerrar a fase do nheengatu como língua de dimensão amazônica.

### 2.3. República: e pur se muove

O processo de desnheengatuização, iniciado com as reformas pombalinas, ainda não se completou. Ao contrário, atravessa o Império e chega à República. E o processo persiste porque o nheengatu continua a ser falado, cotidianamente, principalmente na bacia do Rio Negro.

Na área do Rio Negro e do Rio Içana os falantes de nheengatu resistem. A despeito das políticas de integração nacional, materializadas na ação derruidora dos mais diversos tipos de missionários (notadamente os Salesianos), das forças armadas, das políticas fundiária e educacional dos governos, dos meios de comunicação e de toda uma situação social de pressão em favor da língua portuguesa, o nheengatu ainda concorre com o Português, mesmo que este esteja pouco a pouco se sobrepondo àquele.

Hoje, em que mais decisivamente são implementadas políticas unificadoras de uma nacionalidade hegemônica, é possível observar o declínio de uma língua que se desenvolveu e tende a desaparecer, ligada intrinsecamente ao processo colonial implantado na Amazônia. Atuando como agente de transformação, a colonização deixou marcas profundas na consciência política, econômica e social das elites dominantes. Parte da história dessa colonização resume-se na destruição de ecossistemas e de sistemas sociais, na destruição e deculturação de grande número de grupos tribais, na perda de identidades locais, na integração forçada de nações indígenas a um sistema econômico e cognitivo alheio à tradição dessas nações e, finalmente, à imposição de uma língua supraétnica, como instrumento de dominação: o nheengatu. Este, tendo sido alteradas as condições históricas que o sustentavam como língua amazônica, vem sendo inexoravelmente substituído pelo Português, na função de língua homogeneizante de uma identidade regional e nacional.

Durante algum tempo, negligenciado pelo processo ocupação da Amazônia com vistas a sua integração a um projeto de nacionalidade, o nheengatu tinha sido considerado como extinto, ao menos como língua urbana. Especialmente depois da implantação das políticas de integração nacional, particularmente a partir do ano 60. Julgava-se que sobrevivia tão-só no vocabulário específico da Amazônia e como substrato às várias modalidades locais de Português.

O nheengatu, entretanto, continua resistindo como símbolo de uma identidade amazônica. Uma identidade fragmentária, fracionada, que irrompe ocasionalmente, a guisa de uma resposta conjuntural a situações étnicas e territoriais bem específicas. Tal é o caso, atualíssimo, dos remanescentes Baré do médio baixo Rio Negro. A imprescindibilidade de ostentar visivelmente uma marca de indianidade, como pré-requisito exigido para candidatar-se a ter demarcado seu território imemorial como área indígena, lança os Baré (de filia-

ção Aruak) a construir discursivamente o nheengatu como sua língua tradicional (ainda que em substituição à sua língua original).

É este um dos emblemas da resistência lingüística do nheengatu. Funcionar na formação de discursos de atribuição de uma identidade indígena que está emergindo e se impondo em áreas e em povos há muito dados como não-indígenas. Há ainda outros casos. O nheengatu está presente no cotidiano lingüístico de Baníwa, de içaneiros e de inúmeras pequenas comunidades ilhadas e dispersas pelos vários rios que compõem a bacia do Rio Negro. No dia-a-dia de caboclos e tapuios rionegrinos.

### 3. Balanço geral

Através deste trabalho venho tentando demonstrar que não é possível entender o nheengatu, em todo o seu percurso histórico, dissociado da história da ocupação da Amazônia pelo português. Mas também é preciso deixar claro que a língua nheengatu é uma língua natural, fruto da evolução, nas condições já especificadas, da língua tupinambá.

A sua retração e, atualmente, seu quase desaparecimento marcam o fim de um período. Mas, principalmente, denotam uma característica da formação histórica e da identidade amazônicas, sob as diretrizes da ação colonizadora: a busca de uma identidade conformada segundo um modelo vindo de fora. Essa busca pela identidade atribuída por um outro talvez explique o núcleo de um conflito entre a realidade local e o imaginário ideológico, com que se debate a população amazônica.

Constata-se, neste longo processo formador das identidades na Amazônia, que um traço cultural, inextricavelmente ligado à história das transformações ocorridas nesta região, já se encontra praticamente esvanecido: o nheengatu, que se esbate diante da imposição do Português como língua nacional, oficial e socialmente prestigiada e prestigiante.

O processo de transformação da Amazônia, iniciado com a ocupação portuguesa, acarretou a perda de alguns traços formadores da identidade amazônica. Contudo, longe de ser uma deficiência a ser lamentada, deve-se ver neste processo transformador, a matriz através do qual foram sendo constituídos os sujeitos e seu imaginário, como signos encravados em uma realidade histórico-social e discursiva da qual são derivadas as identidades ostentadas.

Este é o processo que está ocorrendo atualmente, notadamente com os Baré. Depois de anos, esse grupo, tupinizado e tapuizado durante a colonização e em decorrência das várias políticas (religiosas e administrativas) de desindianização, agora reivindica sua indianidade. E a reivindica tendo como suporte identitário a língua dos antigos colonizadores. Este fato revela a instauração de um novo ciclo discursivo para o nheengatu: o retorno à categoria de "língua de índio". Do tupinambá ao nheengatu, passou-se de língua de índio para ser língua de branco. Atualmente, enquanto na sociedade não-indígena, o nheengatu quase desaparece, ressurgê (na história social e no discurso) como emblema de indianidade para grupos, como os Baré, que se reorganizam em busca de uma identidade indígena. Resistência?

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, M.C.D.M. 1982. Política del lenguaje en Brasil colonial (1549-1749). Mexico, Escuela Nacional de Antropología e Historia. (Dissertação de mestrado).

- BORGES, L.C. 1988. nheengatu: itinerário de um resgate. *Rev. Cultural*, 2(5): 16-17.
- BORGES, L.C. 1991. A Língua Geral Amazônica: aspectos de sua fonêmica. Campinas, UNICAMP/IEL. (Dissertação de mestrado).
- CÂMARA JR., J.M. 1977. Introdução às línguas indígenas brasileiras. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- COSTA, F. Dom. 1909. Carta pastoral de Dom Frederico Costa, Bispo do Amazonas, a seus amados diocesanos. Fortaleza, Typ. Minerva.
- DI PAOLO, P. 1986. Cabanagem. A revolução popular da Amazônia. Belém, Cejup.
- DRUMMOND, M.C. 1984. Política de estandarización del tupi en Brasil colonial. *Rev. Cuicuilco*, 4(12): 19-25.
- FIGUEIREDO, N. 1989. O rio, a floresta e o homem na Amazônia brasileira. *Rev. Cultural*, 2(8): 16-18.
- FREIRE, J.B. 1983. Da "fala boa" ao português na Amazônia brasileira. *Amerindia*, 6: 39-83.
- MARX, K. & ENGELS, F. s.d. A ideologia Alemã. Lisboa, Presença/ Brasil, Martins Fontes. (Vol. I).
- MOREIRA NETO, C. de A. 1988. Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850). Petrópolis, Vozes.
- OLIVEIRA, A.E. de. 1983. Ocupação humana. In: SALATI, E. et al. 1983. Amazônia, desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo, Brasiliense/CNPq. p. 144-327.
- RIBEIRO, D. 1986. Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, Vozes.
- RIBEIRO, D. 1995. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.
- RODRIGUES, A.D. 1984/1985. Relações internas na família lingüística tupi-guarani. *Rev. de Antropologia*, 27/28:33-53.
- RODRIGUES, A.D. 1986. Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo, Loyola.